

Campanha Salarial 2008

Pauta Unificada

1. Salário

Reajuste salarial que recupere o poder aquisitivo de maio de 2001 pelo ICV-DIEESE mais a incorporação ao salário base de parcela fixa, de acordo com as seguintes diretrizes:

I) Para os docentes, incorporação no salário base de parcela fixa, conforme a tabela a seguir:

Regime	Parcela fixa (R\$)
RTP	$200 / 5,7691 = 34,67$
RTC	$200 / 2,2727 = 88,00$
RDIDP	200

II) Para os funcionários técnico-administrativos, incorporação no salário base de R\$ 200,00 para as jornadas integrais e, para as outras jornadas, parcela fixa proporcional à razão entre a jornada em questão e a jornada integral.

2. Democratização

Democratização da estrutura administrativa, do funcionamento dos colegiados, e da gestão financeira e patrimonial das universidades e do Centro Paula Souza. Democratização do acesso e permanência estudantil.

3. Autonomia

a. Defesa da autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das universidades e do Centro Paula Souza, conforme o artigo 207 da Constituição Federal de 1988 e revogação dos decretos do Governo José Serra que ferem a autonomia das universidades estaduais;

b. Manutenção da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

c. Não fragmentação dos diversos níveis de ensino;

d. Manutenção e aprofundamento do vínculo do Centro Paula Souza à Unesp (conforme a Resolução Unesp 63/95).

4. Descriminalização dos movimentos:

Respeito à liberdade de organização e de manifestação dos movimentos sociais, revogação das punições e retirada dos processos administrativos e judiciais contra quem lutou em defesa da universidade pública, pela liberdade de organização e de manifestação dos movimentos sindical e estudantil.

5. Contratações

a. Contratação somente por concurso público de servidores técnico-administrativos e docentes

b. Revogação das políticas que terceirizam e precarizam o trabalho e criação de cargos suficientes para atender às necessidades das universidades

6. Investimentos

a. Compromisso do CRUESP com o aumento do investimento do Estado na Educação Pública em geral – 33% da receita total de impostos, incluindo 11,6% da quota-parte do Estado do ICMS para as universidades estaduais paulistas, 2,1% da quota-parte do Estado do ICMS para o Centro Paula Souza;

b. Incorporação de funcionários e professores da Escola de Engenharia de Lorena – EEL/USP (antiga Faenquil) no quadro de servidores da USP, com aporte de 0,07% da quota-parte do ICMS do Estado;

c. Dotação orçamentária específica para garantir políticas de acesso e permanência estudantil e sua ampliação nas universidades estaduais e no Centro Paula Souza, que assegure condições de estudo rompendo com a lógica da bolsa-trabalho, que faz com que estudantes ocupem postos de trabalho nas universidades. A bolsa-estudo deve ser um instrumento para que o conhecimento adquirido na universidade seja aplicado na sociedade;

d. Isonomia e paridade entre aposentados e pessoal da ativa.

7. Hospitais

Compromisso de manter a vinculação dos Hospitais Universitários com as universidades, aprimorando seu caráter público, revertendo toda a forma de privatização e apropriação privada de sua capacidade instalada, com financiamento público adequado para o seu funcionamento e melhoria do atendimento, mantendo-os como importante instrumento da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão;

8. Implementação do Artigo 40, parágrafo 4º da Constituição Federal, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria a servidores públicos nos casos de atividades exercidas em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física dos trabalhadores;

9. Implementação da licença-maternidade de 6 meses conforme faculta a legislação atual.